



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Rua Ciomara Amaral de Paula, 167 – Bairro Medicina – 37550-000 - Pouso Alegre/MG

Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais realizada em 17 de setembro de 2013.

1 Aos dezessete dias do mês de setembro, do ano de dois mil e treze, às nove horas e vinte
2 minutos, na sala de reuniões do Câmpus Muzambinho, sob a Presidência do Reitor Sérgio
3 Pedini, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho Superior, estando presentes os
4 Senhores Conselheiros: Representantes dos Docentes: Luiz Flávio Reis Fernandes, José Pereira
5 da Silva Junior e Tarcísio de Souza Gaspar; Representantes dos Técnico-administrativos: Maria
6 Inês Oliveira da Silva, Débora Jucely de Carvalho e Cleonice Maria da Silva; Representantes dos
7 Discentes: Washington Bruno Silva Pereira, Oswaldo Lahmann Santos e Dreice Montanheiro
8 Costa; Representantes dos Egressos: Marco Antônio Ferreira, Tales Machado Lacerda e
9 Sindynara Ferreira; Representante das Entidades Patronais: Neusa Maria Arruda; Representante
10 das Entidades dos Trabalhadores: Patrícia Dutra Mendonça Costa; Representante do Setor
11 Público ou Estatais: Pedro Paulo de Oliveira Fagundes; Representantes dos Diretores Gerais dos
12 Câmpus: Luiz Carlos Dias da Rocha, Luiz Carlos Machado Rodrigues e Walner José Mendes. A
13 pauta foi encaminhada aos Conselheiros, sendo: 01. Palavra do Presidente. 02. Verificação do
14 Quórum do Conselho Superior (Secretária). 03. Aprovação das Atas - 09/07/2013 e 26/08/2013.
15 04. Revisão da Normativa dos Técnicos-Administrativos. 05. Normas Acadêmicas dos Cursos
16 Técnicos: integrado e subsequente. 06. Metodologia de Distribuição de Vagas de Docentes. 07.
17 Expedientes (Presidente e Secretária). O Presidente desejou bom dia e agradeceu a presença de
18 todos, principalmente, ao Câmpus Muzambinho, pela recepção. Disse que por solicitação do
19 próprio Conselho, hoje pela primeira vez, nesta reunião estará presente também o Colégio de
20 Dirigentes. Disse que além do Colégio de Dirigentes estava presentes, o Professor Luiz Carlos
21 Rocha e Carlos Cezar que participaram do item de pauta: Metodologia de Distribuição de Vagas
22 de Docentes. O Presidente sugeriu a inversão de pauta em função da participação do Colégio de
23 Dirigentes. Pediu que o item 06 fosse o primeiro item de discussão, porque só esse item que
24 reivindica a participação do Colégio de Dirigentes, todos concordaram. Item **02. Verificação do**
25 **Quórum do Conselho Superior (Secretária)**. O Presidente solicitou à secretária que verificasse
26 o quórum. Estavam presentes 19 (dezenove) dos 22 (vinte e dois) membros, assim havendo
27 quórum para a reunião. O Presidente justificou a ausência na reunião dos conselheiros: Paulo
28 Rogério Araújo Guimarães, Everson de Alcântara Tardeli e Raul Maria Cássia. Vieram para essa
29 reunião, representando a conselheira Andréia, sua suplente, Patrícia; representando o Conselheiro
30 Alexandre, a sua suplente, Neusa; representando o Conselheiro Leonardo, sua suplente,
31 Sindynara; representando o Conselheiro Ademir, seu suplente, Luiz Carlos Rocha. Prosseguindo,
32 item **03. Aprovação das Atas - 09/07/2013 e 26/08/2013**. O Presidente justificou o envio das
33 duas atas para aprovação nesta reunião. Disse que a ata do dia 09/07/2013 foi enviada
34 previamente, colocou-a em discussão, sendo aprovada por todos, com as seguintes observações:
35 Luiz Flávio solicitou que na linha 208, com relação à Normativa dos Técnico-administrativos,
36 constar: “Luiz Flávio comentou sobre as possíveis dificuldades que os diretores teriam na
37 liberação dos servidores técnico-administrativos para qualificação, colocando como exemplo,
38 segunda e sexta o setor ficaria vazio”. Na linha 159, Dreice solicitou alterar, onde se lê: “Dreice

39 disse que dentro do contexto geral o professor tem toda autonomia diante do fato que ocorreu.
40 Para ela, o aluno agiu de má fé.” Leia-se: “Dreice disse que dentro do contexto geral o professor
41 tem toda autonomia diante do fato que ocorreu. Para ela, o aluno não seguiu as normas da
42 instituição. Débora solicitou que na linha 189 seria interessante acrescentar quem seria as partes
43 relevantes, colocando após a palavra “relevantes”: “professor e aluno”. O Presidente propôs ao
44 Conselho apreciar se analisam ou não a Ata do dia 26/08/2013, uma vez a que foi encaminhada
45 somente na data de ontem, não havendo tempo hábil. Sindynara solicitou que seja postergada
46 para a próxima reunião. Os Conselheiros resolveram deixar suspensa a Ata do dia 26/08/2013
47 para ser analisada e discutida na próxima reunião. Dando continuidade, item **06. Metodologia de**
48 **Distribuição de Vagas de Docentes.** O Presidente disse que desde outubro do ano passado tem-
49 se discutido sobre a distribuição de vagas de servidores. Processo longo que começou em 2011,
50 quando o CONIF já vinha pressionando o MEC para que essa discussão fosse ampliada, uma vez
51 que estava prestes a ser publicada uma Lei que definiria o quantitativo de cargos para expansão
52 da Rede (fase 3 da Expansão). Em função disso o CONIF fez um dimensionamento, não acatada
53 pelo MEC naquele momento. Explicou que com base neste “estoque” da lei o CONIF fez um
54 novo estudo, levando em conta que o código de docente é único, independentemente da área, já o
55 código de administrativo não. Foi feita toda uma análise e sinalizado para cada Instituto um
56 quantitativo total de vagas, cargos docentes e técnico-administrativos. A partir daí a decisão
57 poderia ser discricionária ou não. Disse que optou em abrir mão dessa decisão para que os órgãos
58 colegiados fizessem a discussão e quem a conduziu foi o Colégio de Dirigentes, seguindo
59 determinações do Conselho Superior, por exemplo, a Resolução 57 que estabelecem quais são os
60 ritos para se criar um curso novo. Uma decisão deste Conselho que consta em ata é que todas as
61 vagas novas de docentes viriam num primeiro momento para cumprir a Normativa Docente. Na
62 primeira reunião em outubro do ano passado, o Colégio de Dirigentes encomendou à Reitoria,
63 especificamente às Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão, no caso de docentes, uma
64 metodologia para que essas vagas fossem distribuídas, utilizando ferramentas como os
65 indicadores de gestão. Na sequência também houve a discussão das vagas de técnico-
66 administrativos. Foram cinco reuniões, onde esses quantitativos foram discutidos, sempre com
67 aprovação da maioria dos membros, e a princípio tinham concluído essa etapa que é a
68 distribuição de vagas. Disse que o Câmpus Inconfidentes, que tem assento no Colégio de
69 Dirigentes fez um pleito, para que essa discussão fosse retomada e fosse alterada a metodologia
70 ou recuperada a metodologia passada. Nessa reunião Ademir não estava presente e o Luiz Carlos
71 Rocha não se sentiu seguro para conduzir a discussão. Na reunião seguinte Ademir apresentou a
72 justificativa, mas ainda assim o Colégio de Dirigentes, por maioria simples, resolveu manter a
73 metodologia apresentada pela Reitoria. A princípio foi considerado esgotado esse assunto no
74 Colégio de Dirigentes. Na última reunião do Conselho Superior, no item expedientes, Ademir
75 retomou então esse tema e por sugestão dos membros externos, Everton e Andreia, que não se
76 sentiram seguros para estar tomando essa decisão naquele momento, o Conselho determinou a
77 convocação do Colégio de Dirigentes, para que fosse apresentada a metodologia e a
78 argumentação do Câmpus Inconfidentes nesta reunião. O Presidente justificou o e-mail
79 encaminhado aos conselheiros, ainda que o Conselho tenha determinado a participação do
80 Colégio de Dirigentes, foi sugerido que talvez bastaria a equipe, no caso, as Pró-reitorias de
81 Ensino, Pesquisa e Extensão para vir participar da reunião, uma vez que o Conselho determinou
82 a apresentação da metodologia, tentando evitar deslocamento dos Diretores de Passos, Poços de
83 Caldas e Pouso Alegre e do Mauro virem aqui apenas para esse item de pauta, mas as
84 manifestações, na sua maioria, foram contrárias a essa sugestão e manteve-se a decisão original
85 do Conselho. Passou a palavra para o Marcelo Rosa explicar sobre a metodologia. Marcelo Rosa
86 fez um breve histórico. Disse que desde quando assumiu em 07 de julho de 2010, na Reitoria,
87 começou a trabalhar nas novas vagas para docentes, buscando parâmetros para que naquele
88 momento se encaixassem nas ações, assim chegou-se a metodologia que foi apresentado naquela
89 época ao Colégio de Dirigentes, porque até então era conhecido o Termo de Metas e passaram a
90 discutir as ações numa forma técnica. Inicialmente foi montada uma planilha, considerando

91 apenas o número de alunos existentes em cada um dos câmpus, para fazer essa distribuição.
92 Numa segunda etapa, com base no Banco Equivalente de Professores, que é uma quantificação
93 relacionada a uma certa pontuação, em que, por exemplo, um professor com dedicação exclusiva
94 vale 1.62 (um ponto sessenta e dois), um professor de 40 horas equivale a 1 ponto e um professor
95 de 20 horas equivale a 0,65. Disse que esse Termo é cobrado institucionalmente e não é
96 trabalhado por câmpus, até então, entretanto, de acordo com a colocação do Reitor, como tudo é
97 aberto, é trabalhado há um consenso dentro do Colégio de Dirigentes que todos os câmpus
98 devam assumir a responsabilidade dentro do Termo de Metas, para que realmente nós tenhamos
99 indicadores bem consistentes, como nós temos hoje. E no Termo de Metas há uma questão muito
100 importante que é a relação aluno-professor, onde coloca-se que para o atendimento geral, a
101 instituição tem de apresentar uma relação aluno-professor de no mínimo 20 alunos para 1
102 professor, e isso passou a ser um ponto de trabalho na PROEN e na Instituição sempre buscando
103 essa relação, porque seria a partir disso que nós seríamos contemplados com mais vagas ou não.
104 Com esse entendimento da SETEC e todo trabalho da Reitoria, nós conseguimos um certo
105 quantitativo de vagas, que ainda será publicado. Então, conforme o Pedini já falou, desde
106 outubro, já tínhamos esse conhecimento, e no ano passado foi pedido uma nova metodologia que
107 foi trabalhada no Colégio de Dirigentes, discutindo qual metodologia que realmente teria uma
108 associação com o Termo de Metas, a relação 20 para 1 e como que isso seria empregado. As três
109 Pro-reitorias, Ensino, Pesquisa e Extensão chegaram a uma conclusão. Falou da metodologia
110 proposta para a definição de cargos docentes para os Câmpus Inconfidentes, Machado e
111 Muzambinho. Metodologia A- MA. 1. Registrar o número de alunos presenciais, exceto de
112 cursos FIC, do mês de dez de 2012, conforme o SISTEC. 2. Calcular o número de docentes do
113 IFSULDEMINAS necessários para atender o item do Termo de Metas referente à relação aluno-
114 docente (20 alunos para 1 docente). Para isso dividir o numero de alunos conforme SISTEC-
115 12/2012 por 20. 3. Calcular a proporção de docentes representativa por câmpus e 4. Aplicar esta
116 proposição ao numero total de cargos liberados. Metodologia B – MB. 1. Ajustar a distribuição
117 de docentes ocorrida em 2010, na gestão anterior, ou seja, do total de cargos a serem liberados,
118 inicialmente, definir 10 cargos para o Câmpus Inconfidentes e 10 para o Câmpus Machado. O
119 Câmpus Muzambinho recebeu estes cargos para assumir a antiga faculdade de Educação Física.
120 Marcelo Rosa falou que foram aplicadas as metodologias A + B divididas por dois. Apresentou
121 numericamente os dados de dezembro de 2012: Quantidade de Alunos: Inconfidentes - 3876,
122 Machado - 3690 e Muzambinho – 9119; Quantidade de docentes: Inconfidentes – 94, Machado -
123 86 e Muzambinho – 97; Relação aluno-professor: Inconfidentes - 24,4, Machado - 24,1 e
124 Muzambinho - 30,6. Do total foi dividido por 20. Ficando, para atender a relação 20/1:
125 Inconfidentes - 114,55, Machado - 103,8 e Muzambinho - 148,4 = total 366,75. Mas, teríamos
126 330 docentes, foi calculada a proporção que cada um dos câmpus representava. Foi verificado
127 que dos 330: Inconfidentes - 31,2% - 102,96 docentes, Machado - 28,3% – 93,39 docentes e
128 Muzambinho - 40,5% – 133,65 docentes. MB - 96,72 – 87,73 – 125,55 = 310, sendo,
129 Inconfidentes - 104,84 docentes, Machado - 95,56 docentes e Muzambinho - 129,6 docentes.
130 Essa metodologia foi apresentada duas vezes ao Colégio de Dirigentes, sendo aprovada por
131 unanimidade. Disse que em nenhum momento houve o questionamento pelo Professor Ademir,
132 de porque que não utilizou a outra metodologia. Marcelo Rosa apresentou o quadro de docentes
133 IFSULDEMINAS, ajustado aos novos câmpus. Disse que, também de acordo com Colégio de
134 Dirigentes, pegou-se a pontuação do banco dos câmpus novos para atender as DEs dos câmpus
135 pré-expansão, a partir do que foi definido no Colégio de Dirigentes. Foi subtraída, também, a
136 pontuação para capacitação, 10% do docentes de acordo com a lei podem se afastar para
137 capacitação. Apresentou o número de docentes DEs: Inconfidentes – 99 docentes, Machado – 90
138 docentes e Muzambinho – 120 docentes. Docentes a completar: Inconfidentes - 9, Machado - 12
139 e Muzambinho - 25. Disse que esses dados foram fechados no Colégio de Dirigentes, aceito por
140 unanimidade e por três vezes o Reitor questionou se haviam dúvidas, porque são esses valores
141 que cada câmpus vão utilizar no seu planejamento. A partir dessa decisão os câmpus estavam
142 liberados para fazerem os seus planejamentos, dentro da Resolução 57. Inconfidentes tinha

143 aberto, já pela resolução, dois novos cursos: Engenharia de Alimentos e Engenharia de
144 Agrimensura. Engenharia de Alimentos, segundo seu projeto pedagógico, está constando 28
145 docentes para trabalhar nesse curso. Disse que Inconfidentes comprovou que não precisaria de
146 um docente a mais para integralizar Engenharia de Alimentos. Porque a resolução 57 é muito
147 clara, só é aprovado o curso se tiverem todos os docentes. A ressalva no dia da reunião do
148 Conselho Superior é que não tinha o laboratório do quinto ano, que o diretor se comprometeu,
149 por meio de documento, que esse laboratório seria construído à medida que chegasse esse
150 período, porque todos os docentes já estavam lá. Falou que o Curso de Engenharia de
151 Agrimensura era uma troca, eles tinham o tecnólogo de Agrimensura, que foi caindo a demanda
152 e verificaram a necessidade de trocar Tecnólogo de Agrimensura em Engenharia de Agrimensura
153 e Cartográfica, com todos os docentes, ou seja, era simplesmente uma inversão de cursos. Disse
154 que foi por isso que o CEPE aprovou e o Conselho Superior referendou o parecer do CEPE.
155 Disse que, o que é de conhecimento da Reitoria, e que todos os câmpus tem todos os docentes
156 integralizados. Falou que todos os números calculados pelas Pró-reitorias estavam ali e que não
157 seriam irresponsáveis de apresentar uma metodologia que não atendesse aos três câmpus. No
158 Câmpus Machado, o Curso Tecnólogo em Alimentos que foi o último a ser aberto, já tinha o
159 conhecimento de que tinham todos os docentes. No Câmpus Muzambinho, o último curso aberto
160 que precisaria de professores foi em 2010, até então não aumentou os cursos, só uma necessidade
161 crescente de integralização com os cursos que foram apresentados dentro da gestão passada. O
162 Presidente justificou que os Câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre não entraram na
163 metodologia porque já tem um quantitativo pré-definido pelo MEC que é de 60 docentes e 45
164 administrativos, cada um. Passou a palavra para o Carlos Cezar – DDE do Câmpus
165 Inconfidentes, representando o Professor Ademir, no Colégio de Dirigentes, nesta reunião e o
166 Professor Luiz Carlos Rocha, o representando no Conselho Superior. Luiz Carlos Justificou que
167 o Professor Ademir não pode estar presente a esta reunião por estar em período de férias e com
168 outros compromissos já agendados. Carlos Cezar iniciou sua apresentação agradecendo ao
169 Professor Marcelo Rosa por ter exposto a metodologia, e agradecendo ao grupo que desenvolveu
170 a metodologia. Apresentou o histórico de distribuição de vagas, desde 2010, nesta gestão. As
171 vagas foram distribuídas da seguinte forma: cada câmpus recebeu a quantidade de vagas
172 referente ao percentual de alunos que possuía no momento. Muzambinho recebeu dez vagas a
173 mais, conforme explicado pelo Marcelo Rosa, para o Curso de Educação Física. Em 2011 e 2012
174 as vagas foram distribuídas da seguinte forma: Cada câmpus recebeu um percentual de vagas
175 referente à quantidade de alunos que tinha naquele momento. Apresentou a Ata 20/06/2011 do
176 Colégio de Dirigentes, linhas 161 a 167: “Disse que com base nessa decisão do Colégio de
177 Dirigentes, que o Marcelo Rosa fez os cálculos de liberação de docentes considerando esse
178 quantitativo. Falou que o Marcelo Rosa já enviou aos diretores esse quantitativo. O Presidente
179 disse que a única coisa que ele já disse e repete é que não dá para considerar que essas vagas vão
180 para os *campi* como perspectiva de novos crescimentos, não tem como aceitar isso nesse
181 momento, porque ainda não vieram as sinalizações de outras vagas, essas vagas que estão aí é
182 para resolver problemas futuros.” Depois linhas 167 a 171 “Passou a palavra para o Marcelo
183 Rosa, que iniciou dizendo que ele e a Kátia Souza fizeram um cálculo de todos os *campi* com
184 relação ao quantitativo de docentes, depois dessa distribuição a Inês passou os dados do SISTEC.
185 Disse que pegaram os alunos presenciais de sede e de pólo, colocaram em uma planilha para a
186 distribuição das cinco vagas.” Depois linhas 173 a 177, não era aplicado termo de metas: “Disse
187 que ele e a Kátia pegaram a planilha e jogaram os números atuais, na planilha deu uma relação
188 de distribuição ficando 4 vagas para Inconfidentes, 4 vagas para Machado e 10 vagas para
189 Muzambinho. Falou que foi uma questão técnica onde somente jogou os valores na planilha,
190 onde respeita-se uma reserva de 20%, a questão dos substitutos e uma reserva de 5 DEs.” O
191 início das discussões para critérios de vagas para 2012. Na primeira reunião para discussão, no
192 dia 03 de dezembro de 2012, na Ata, linhas 17 a 56 foram a seguinte discussão: “**Item**
193 **Expansão.** O Presidente disse que já vem em três reuniões discutindo esse assunto, mas ainda
194 não tem uma definição do MEC/SETEC com relação à proposta do CONIF. Disse que imagina

195 que o MEC/SETEC se posicione em breve. Falou que vem cumprindo rigorosamente o que foi
196 pactuado no Colégio de Dirigentes, e assim que tivermos um posicionamento do MEC/SETEC,
197 retomaremos a discussão. Sabe a pressão que existe, conste em ata que está cumprindo
198 estritamente o que foi acordado nessa mesa, aguardando o posicionamento da MEC/SETEC com
199 relação a cargos e funções. O Presidente falou que a equipe (Ensino, Pesquisa e Extensão) vem
200 fazendo um estudo para ver quais serão os critérios de distribuição, que foram incluídos os polos,
201 incluíram a princípio o tamanho do município e após discussões viram que não eram um critério
202 adequado. Disse que um critério que poderia apontar seria a relação candidato-vaga. Falou da
203 notícia recebida do fórum de comunicadores com relação à queda substancial da procura dos
204 cursos técnicos sequenciais, especificamente dos câmpus pré-expansão. Foi discutido isso com a
205 equipe que achou por bem fazer uma estratificação destes dados, que precisam ser ajustados em
206 função de uma série de fatores. Disse que isso justifica o porquê da preocupação com a
207 distribuição de vagas e cargos que se dê numa forma ajustada para o futuro, discutindo de forma
208 madura, na mesa. O Presidente disse que a ideia não é acertar o número e sim acertar o método.
209 Marcelo Bregagnoli disse que primeiro quesito a ser colocado na equação é uma distribuição;
210 segundo: atendimento da relação candidato-vaga dentro da licenciatura, relação candidato-vaga
211 dentro do médio técnico, dentro do Proeja e os demais cursos (Superior, Lato Sensu). Disse que
212 vai ter de fazer uma equação diferenciada para os câmpus novos. Terceiro quesito que será
213 colocado na equação é professor-aluno; quarto: a questão do aluno equivalente. Falou de outros
214 critérios que deverão ser levados em conta: eixo tecnológico, aluno presencial e a distância,
215 posição geográfica dos candidatos. Disse que terão de colocar esses fatores na equação,
216 considerando o passivo de vagas. O Presidente disse que é um cálculo complexo, ajustando o
217 passado e tendo tranquilidade para que os seis câmpus façam seus planejamentos sabendo qual é
218 o horizonte de cada um, começando pela DE, que foi pactuada no Colégio de Dirigentes como o
219 ponto de partida. Falou sobre o ajuste na Normativa Docente, pois surgiram dúvidas do Conselho
220 Superior e que se faça efetivamente um levantamento se todos os câmpus estão cumprindo a
221 Normativa. Colocou em discussão. Ademir questionou como entram as vagas do SISU no
222 cálculo. O Presidente disse que os três câmpus novos não tem cursos superiores. Marcelo
223 Bregagnoli disse que estão criando valores, primeiro, dos cursos técnicos para a relação
224 candidato-vaga. O Presidente disse que precisamos fazer um reforço de divulgação na região,
225 pois uma divulgação mais localizada qualifica melhor esse público. Ademir falou que outra
226 dúvida que tinha, é que na última Reditec, a Ana Catarina falou que a qualificação profissional
227 para formação docente entra no cálculo das licenciaturas, questionou se vai ser considerado isso
228 ou não. O Presidente disse que o SETEC não tem isso aprovado ainda. Ademir disse que o que
229 foi falado é que curso lato sensu de formação docente entraria no cálculo. O Presidente disse que
230 iria verificar junto à Setec o caso.” Na segunda reunião para discussão, no dia 07/02/2013, nesta
231 reunião há a indicação de que o diretor da SETEC vê a necessidade de disponibilizar vagas para
232 temporários para atender a demanda que é crescente. Nesta reunião não foi falada sobre a
233 metodologia, mas o Presidente disse que o Aléssio (SETEC) deixou muito claro que só liberou
234 mais temporários porque conhece nossos indicadores e o Marcelo Rosa ficou responsável de
235 fazer toda a distribuição dos temporários aos câmpus para atender a demanda que existia no
236 momento. Na Ata desta reunião nas linhas 124 e 128: “...no lugar desses professores aposentados
237 a Reitoria liberaria essas vagas, para que os alunos não fiquem sem aula. O Presidente disse que
238 o Aléssio deixou muito claro que só liberou mais temporários porque conhece os nossos
239 indicadores. O Marcelo Rosa ficou responsável por fazer esses cálculos. Aprovada a proposta.
240 Serão oito professores temporários que poderão ser emprestados.” A terceira reunião para
241 discussão aconteceu no dia 11/03/2013, na Ata, linhas 113 a 117: “O Presidente colocou em
242 discussão. Marcelo Bregagnoli disse que só começou esse trabalho, a PROEN assumiu e mudou
243 a forma de condução e será apresentado. Ademir disse que ficou acordado passar a metodologia
244 antes para o Colégio de Dirigentes para colocar as sugestões. O Presidente disse que sim, e que
245 na reunião serão apresentados os números.” No dia 05/04/2013 foi enviada a Metodologia,
246 aquela que o Professor Marcelo Rosa já apresentou. Disse que pela Metodologia B Muzambinho

247 estaria recebendo dez vagas e Inconfidentes e Machado somente cinco vagas. Falou que não
248 houve tempo para discussão da metodologia, a planilha, já apresentada também nesta reunião, foi
249 colocada. No dia 08/04/2013 aconteceu a quarta reunião para discussão, na Ata, linhas 61 a 65:
250 “Ao finalizar os cálculos, a proposta contemplaria a seguinte situação: Câmpus Inconfidentes =
251 104,84 docentes; Câmpus Machado = 95,56 docentes e Câmpus Muzambinho = 129,60 docentes,
252 totalizando 330 docentes. A proposta foi analisada por todos os membros do CD, sendo aprovada
253 por unanimidade.” Primeiro questionamento: o Professor Ademir questiona o reitor em
254 29/04/2013, na presença do diretor Walner, sobre os critérios das vaga, pois não houve discussão,
255 houve somente a apresentação. Segundo questionamento, após o final da reunião do Colégio de
256 Dirigentes, dia 13/05/2013, em Muzambinho, o diretor Ademir questiona o Pró-reitor Marcelo
257 Rosa, na presença de Carlos Henrique sobre a Metodologia. A reunião que ocorreria no dia
258 14/06/2013 em Passos foi cancelada e marcada para o dia 02/07/2013 em Pouso Alegre. Na Ata
259 desta reunião, linhas 118 a 129. “O DDE do Câmpus Inconfidentes, Carlos Cezar, disse que
260 gostaria de reabrir a discussão sobre essa distribuição, visto que não concorda. O Presidente
261 citou novamente que foram cinco reuniões do Colégio de Dirigentes para chegar a pactuação
262 desse quantitativo de docentes, nas quais o Diretor também aprovou, mas isso é possível e deve
263 ser proposta pelo seu diretor, na ocasião Luiz Carlos, representando Ademir, o qual participou
264 das outras reuniões, e que não tinha se oposto a pactuação, até então. Luiz Carlos Rocha disse
265 que como representante do Ademir nesta reunião, não se sente a vontade para reabrir a discussão.
266 Entende que seria interessante essa abertura, mas tem que ser feita pelo Ademir, que já tem um
267 histórico. Luiz Carlos (diretor do Câmpus Muzambinho) disse que não tem como reabrir essa
268 discussão porque já socializou os números e que o momento das discussões, sobre docentes. O
269 Presidente falou que numa próxima reunião poderão reabrir a pedido do Diretor de
270 Inconfidentes.” Na reunião do Colégio de Dirigentes de 30/07/2013, o diretor Ademir propõe a
271 discussão dos critérios de distribuição das vagas. Ademir e Walner comentam que se sentem
272 prejudicados pelo método utilizado. Os Pró-reitores José Jorge e Mauro e o diretor Josué são a
273 favor da discussão da Metodologia, mas não são atendidos. Disse que essa Ata ainda não está
274 disponível, porque não foi aprovada. Carlos falou da solicitação do Câmpus Inconfidentes de
275 somente utilizar a nova metodologia após exauridas as discussões sobre os critérios utilizados.
276 Não se contestam, neste momento, os critérios, mas sim a forma de gerar e de como está sendo
277 aplicado, uma vez que o câmpus trabalhou para receber o quantitativo de vagas sobre o seu
278 percentual de alunos, frente aos outros câmpus e está recebendo de acordo com critério distinto a
279 esse. Que a metodologia proposta possa ser rediscutida e aplicada nas próximas liberações.
280 Disse que discorda, não foram cinco reuniões com discussões exaustivas, como foi verificado
281 nas atas apresentadas. Falou dos fatos que trazem a esse momento: O Câmpus Inconfidentes
282 apesar de realmente em dezembro de 2012 apresentar o quantitativo de 2.291 alunos presenciais,
283 ainda tinha naquele momento cinco cursos sem integralização. Disse que conforme Marcelo
284 Rosa falou nós tínhamos a Resolução 57 em vigor, mas a resolução só foi aprovada em 08 de
285 dezembro de 2011, ou seja, quando começaram os cursos de Alimentos e os cursos de
286 Engenharia Agrônômica a resolução não estava vigente, então o câmpus. não tinha compromisso
287 algum de ter professores e consultar a comunidade (resolução 57), por isso que foram abertos os
288 cursos e passados pelo Conselho Superior, porque foram antes de 08 de dezembro. Nós tínhamos
289 um potencial de ingresso de 600 alunos com cinco cursos, fato que não ocorre nos outros câmpus
290 pré-expansão naquele momento, o Câmpus Inconfidentes tinham de integralizar os cursos até
291 2017. Falou sobre os pedidos da revisão, antes de chegar ao Conselho Superior. No dia
292 29/04/2013 - diretamente com o reitor; 13/05/2013 - diretamente com o Pró-reitor de Ensino,
293 Marcelo Rosa; em 02/07/2013 – Reunião do Colégio de Dirigentes; em 30/07/2013 – Reunião do
294 Colégio de Dirigentes; em 05/08/2013 – ofício para os membros do Colégio de Dirigentes, onde
295 o Professor Ademir encaminha um ofício ao Colégio de Dirigentes pedindo essa revisão. Leu o
296 item 6 do ofício: “...6. Sair de uma reunião onde os Diretores de Inconfidentes e Machado,
297 diretamente relacionados ao assunto, se dizem prejudicados pela metodologia e tudo continuar
298 como antes ou que não irá prejudicar o bom andamento dos Câmpus é algo que deve ser

299 discutido e não dado como encerrado. Portanto, peço a V. Maga. E os membros do Colegiado,
300 reflitam sobre o assunto, afinal a responsabilidade é de todo o colegiado, envolvidos ou não.”
301 Em 12/08/2013 recebemos a resposta do reitor: “Prezado Diretor. É de conhecimento de todos
302 que este assunto foi pauta do Colégio de Dirigentes por 5 (cinco) reuniões e, portanto,
303 exaustivamente discutido e aprovado por todos, unanimemente. Vossa Senhoria teve a
304 oportunidade de incluir na pauta da última reunião a reabertura desta discussão, que foi rejeitada
305 por quase todos os membros. Ainda assim, conduzimos o processo de apoio ao câmpus, naquilo
306 que for da alçada do Colégio de Dirigentes, seguindo proposta do Diretor Walner e aprovada por
307 todos. Discutiremos os detalhes na próxima reunião conjunta de equipes de gestão, no câmpus.”
308 Disse que é de conhecimento que até dia 27 de setembro temos que passar as vagas para abertura
309 de edital, se aguardarmos mais não tem como abrir o edital. No dia 13/08/2013 foi feito o pedido
310 ao Conselho Superior para fazer essa reunião, incluindo em pauta a discussão da distribuição de
311 vagas. Apresentou a Planilha considerando a metodologia anterior já apresentada pelo Marcelo
312 Rosa. Carlos Cezar falou que a solicitação do Câmpus Inconfidentes é que seja utilizada a
313 metodologia anterior, uma vez que quando começaram a ampliar e criar novos cursos era
314 pensando que receberiam vagas de acordo com a regra que estava próxima, mas no meio do
315 caminho foram surpreendidos por uma nova regra, que sim foi discutida, mas não
316 exaustivamente como o caso. Gostariam que a metodologia fosse utilizada, porque é muito boa,
317 contempla o Termo de Metas, mas que ela fosse discutida até que realmente chegasse a um
318 acordo e fosse justo para com todos. Terminou agradecendo a todos os presentes. Disse que
319 espera que o Conselho tome a melhor decisão para o instituto, não só para o Câmpus
320 Inconfidentes. O Presidente fez um esclarecimento, disse que o Carlos Cezar começou sua
321 apresentação citando a Ata de 03/12/2012, disse que gostaria de ler a Ata de 09/10/2012, que está
322 disponível no site do Instituto, linha 150: “Pedini solicitou que os Pró-Reitores apresentassem o
323 que já está sendo feito. Professor Cleber falou que as três Pró-Reitorias se reuniram e começou a
324 se elaborar um fator para contribuir. Professor Cléber citou alguns pontos importantes: A questão
325 do Conif, tamanho dos municípios, número de alunos, índices professor/aluno, questão
326 candidato/Vaga, vestibular. Propôs então uma equação onde cada um desses itens tem um peso
327 para que se chegue a um fator.” Disse que não seria leviano, pediu desculpas em falar que foram
328 cinco reuniões, porque na verdade acaba de constatar que foram na verdade seis reuniões
329 tratando da distribuição de vagas. Falou que respeita os órgãos colegiados e exige respeito
330 também. O Presidente colocou em discussão. Josué fez um esclarecimento, disse que foi
331 favorável a reabertura da discussão e não a mudança de metodologia. Disse que não se sente a
332 vontade por envolver os Câmpus Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Luiz Flávio falou que
333 existia uma metodologia em 2012 em função do número de alunos, questionou ao Marcelo Rosa
334 se foi apresentado aos diretores o impacto da mudança dessa metodologia nos câmpus, se em
335 algum momento foi apresentado em números. Marcelo Rosa disse que a questão da metodologia
336 anterior era que não tinham conhecimento do que era o Instituto e não era levado em conta o
337 Termo de Metas e sim o número de alunos e fazer a proporção. Passaram a utilizar o Termo de
338 Metas cobrado pela SETEC e a relação 20 para 1. Disse que apresentou em duas reuniões as
339 planilhas ao Colégio de Dirigentes. Com relação aos projetos constam no E-Mec 28 docentes em
340 Engenharia de Alimentos e 10 docentes em Engenharia de Agrimensura, no núcleo estruturante.
341 Disse que mesmo antes da Resolução 57 o CEPE já estava trabalhando com isso e emitiu parecer
342 ao Conselho Superior porque estava o curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica sendo
343 substituído e não haveria necessidade de professores e o Curso de Engenharia de Alimentos já
344 tinham os professores. Disse que se espanta ao ouvir falar que não tem professores para
345 integralizar, neste caso alguém está mentindo. Luiz Flávio questionou se o fato (principal
346 motivo) de não reabrir as discussões da metodologia é porque já foi isso exaustivamente
347 discutido e aprovado pelo Colégio de Dirigentes. O Presidente disse que entende por dois
348 aspectos, um é de nós termos considerado por mais de cinco reuniões, e por votação unanime,
349 porque reabrir. O segundo aspecto, o próprio Carlos Cezar leu aqui que era de abrir essa notícia
350 para a comunidade, porque nós respeitamos estritamente a Resolução 57, aprovada por este

351 Conselho. Disse que existe um cronograma em curso, por isso começou a discussão no ano
352 passado. Falou que isso motivou o Colégio de Dirigentes em sua maioria, na última reunião,
353 definir por encerrar esse assunto. Luiz Flávio afirmou que o processo de rediscussão é muito
354 importante, citou o exemplo da normativa dos Técnicos Administrativos que será discutida de
355 novo. Marco Antonio falou: Primeiro: na reunião passada ficou determinado que não seria
356 colocado esse item de pauta para reavaliar, mas seria mostrado para o Conselho como foi feita a
357 metodologia para a distribuição. Segundo: disse que pelo o que o Marcelo Rosa apresentou foi
358 respeitado todos os princípios de legalidade, inclusive discussão com os próprios dirigentes.
359 Terceiro: o próprio Colégio de Dirigentes está habilitado para tomar as devidas providências.
360 Falou que não vê o porquê do Ademir estar questionando. Tarcísio disse que se sente muito a
361 vontade para discutir esse assunto, porque há um ano atrás foi proposta a criação de três cursos
362 novos em Muzambinho, entre eles o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu e que utilizariam oito
363 ou nove vagas de professores temporários e ele fez uma contestação radical dessa abertura de
364 curso, argumentando que Muzambinho não tinha condição de utilizar essas vagas de professores
365 temporários na abertura de novos cursos, porque tinha um déficit enorme de vagas de
366 professores, inclusive esses cursos que foram propostos e não respeitavam a Resolução 57. Falou
367 que diante disso o conselho negou a sua argumentação, foi apresentada uma estatística de
368 professores, demonstrando número de aulas, número de disciplinas. Essa estatística sofreu uma
369 contestação e foi comprovada que ela era real e o Conselho aprovou a abertura de novos cursos
370 que desrespeitavam a Resolução 57, mesmo tendo a apresentação e mostrada a necessidade de
371 vagas para suprir a demanda que já existia (Normativa Docente e Relação de 1 para 20). Disse
372 que hoje vendo essa apresentação do Marcelo e do Carlos Cezar percebeu que precisamos de 360
373 professores para atender a demanda do Governo Federal, com base na relação 1 para 20, e nós só
374 vamos conseguir 330 professores, ou seja, vão faltar 30 professores. Tarcísio disse que precisam
375 rever seriamente o que estão fazendo. O resultado disso é essa briga política, mesquinha, briga
376 por vaga. Poderia passar desse nível, essa rivalidade dos câmpus, porque não fazer um estudo
377 sistemático para saber qual câmpus precisa de professor. O Presidente disse que também fica
378 muito tranquilo para discutir. Disse que gostaria de resgatar, quantos Institutos na rede possuem
379 uma Normativa Docente. Falou que está fazendo pleitos políticos para tentar conseguir mais
380 vagas para o instituto. Marco Antonio disse que sente ofendido com a colocação do Tarcísio,
381 porque votou na proposta dos cursos e segundo ele esqueceu de lembrar que quando os cursos
382 foram colocados eles já estavam sendo executados, já tinha sido feita alguma seleção. Perguntou
383 ao presidente qual é a sua ligação com Governo Federal e como é feito esse processo para poder
384 colocar um número de professores já para esses cursos pré-estabelecidos, que já foram aprovados
385 e estão em andamento, qual a colocação do governo. O Presidente disse que existe uma lei que
386 define o quantitativo, mas que continua a pressão. Luiz Carlos Rocha disse que gostaria de fazer
387 pequenas ponderações a respeito do que foi discutido, primeiramente parabenizou os pró-reitores
388 pela elaboração da metodologia, disse que está consoante com o Carlos Cezar com relação ao
389 que representa a metodologia, uma forma aligeirada de um processo onde a regra está sendo
390 mudada, e nesse prazo não tem como adequar nosso planejamento para atender essa nova regra
391 que foi posta. Deixou claro que não tem nenhuma objeção aos câmpus, tentando criar algum tipo
392 de atrito entre um câmpus e outro. Apesar de ter participado do Colégio de Dirigentes em apenas
393 uma reunião, acredita que muitas decisões do Colégio de Dirigentes são tomadas de forma
394 técnica e outra de forma políticas. Falou que não temos um levantamento ou planejamento para
395 atender essa proposta. Disse que no planejamento 2010-2011 decidiu-se pela criação de novos
396 cursos, quando a sistemática era outra, talvez por isso tenhamos uma grande dificuldade em fazer
397 essa migração de uma metodologia para outra. Disse que na sua concepção, não conseguiu
398 entender, e que houve um erro matemático na equação. O ponto de reivindicação é voltar a
399 distribuição conforme a anterior, nada contra a atual, mas que tenha um prazo para planejamento
400 e discussão. Ou que, na pior das hipóteses, das 71 (setenta e uma) novas vagas, separem 10 (dez)
401 vagas para Inconfidentes, 10 (dez) vagas para Machado e dividam o restante como acharem
402 melhor. Disse que concorda com o Tarcísio, a aprovação de novos cursos precisa ser muito bem

403 avaliada, passar por uma leitura fria, técnica daquilo que está sendo feito, porque no futuro é o
404 legado que vamos deixar. Gostaria que o Conselho, assim como as demais instâncias do instituto
405 carregassem as dificuldades de cada câmpus como sendo as dificuldade do IFSULDEMINAS.
406 Precisamos trabalhar enquanto unidade para que o IFSULDEMINAS cresça. Reiterou a questão
407 de buscar essa possibilidade de rever a forma de distribuição para poder dar uma atenção como
408 um todo ao IFSULDEMINAS. Pedro Paulo disse que não se sente muito confortável para falar
409 sobre isso, e que tem uma visão diferente. Primeiro: a gestão é uma tarefa muito difícil, sempre
410 tem de buscar o que está faltando, no caso, está faltando professor, está sobrando alunos.
411 Estamos aqui exatamente para administrar isso, os cursos tem de ser mais eficazes, a dificuldade
412 é igual para todo mundo. Falou que na sua opinião quem teria de estar brigando seria o Luiz
413 Carlos de Muzambinho que tem 1 professor para 30 alunos, enquanto os outros tem 24 alunos
414 para cada professor. Falou que, no seu modo de ver, a grosso modo, a distribuição teria de ser
415 feita igualmente, não vê uma justificativa, pois o problema ainda não existe, ainda vai existir.
416 Disse que esse assunto não precisaria vir para o Conselho Superior uma vez que foi discutido e
417 aprovado pelos técnicos, conhecedores do Colégio de Dirigentes, que estão próximos dos
418 problemas. Luiz Carlos disse que essa discussão de professores já vem sendo discutida, por
419 estratégia tem de ir buscando números, e tem discutido essa defesa das vagas para o câmpus
420 Muzambinho. Falou que quando começou a discussão em outubro 2012 ela foi aberta à
421 comunidade. Em março discutiram de novo, em abril começou a discussão propriamente dita dos
422 números, aconteceram reuniões exaustivas que eram aprovadas tudo por unanimidade, como
423 estão nas atas. Falou que na reunião passada do Colégio de Dirigentes foi reaberto para
424 discussão, novamente, foi discutido e defendida a posição do Câmpus Muzambinho, Ademir
425 defendeu a posição do Câmpus Inconfidentes e foi novamente aprovada a metodologia. Falou
426 que tiveram tempo para discussão e adequação dos cursos aos professores, inclusive, no próximo
427 vestibular não estará abrindo vagas para Biologia, está diminuindo de 40 para 30 vagas, no
428 ensino médio, a pedido dos professores, essa relação vai diminuindo ainda, porque presa-se pela
429 qualidade, e que chegou o momento de fazer a equalização. Disse que o Câmpus Muzambinho
430 com essa quantidade de professores se equaliza. Falou que desde 2010 não inicia nenhum curso
431 com o quadro permanente. Os cursos que iniciaram são cursos provisórios que não são
432 contínuos. Luiz Carlos disse que isso foi discutido muito dentro do Colégio de Dirigentes. Falou
433 que quando o Ademir discutiu lá fora, depois da reunião, após aprovação, disse a ele que o fórum
434 de discussão era no Colégio, na mesa. A partir do momento que foi aprovado já socializou os
435 números com a comunidade, para se definir quais os professores para cada curso, essa
436 quantidade de professores, hoje, quase chega-se à estabilidade para trabalhar dentro da
437 produtividade em relação a pesquisa e extensão. Disse que na última reunião em Muzambinho
438 houve a solicitação que seja feito auditoria nos projetos de pesquisa e extensão, para que
439 realmente fosse analisada a realidade. Não foi rápido, tem quase um ano que está sendo
440 discutido. Disse que como diretor representa o câmpus, o câmpus Muzambinho estava pedindo
441 vagas, falou com o Ademir que ele teria de se expor na reunião. Disse que as coisas são
442 discutidas e depois voltam atrás, por omissão da pessoa. Luiz Carlos questionou sobre novos
443 cursos no polo de Andradas. Cleber falou com relação à metodologia, quando o Colégio de
444 Dirigentes pede uma nova metodologia, entende que o Colégio de Dirigentes não está de acordo
445 com a metodologia atual, pois não atendia mais ao ideal, à conjuntura do Instituto. Mauro disse
446 que participou do primeiro mandato do Conselho Superior, falou da aprovação dos novos cursos,
447 na época não existia o CEPE e aprovaram os cursos acreditando no que os próprios diretores
448 estavam passando, responsabilidade “Federal é sinônimo de qualidade”. Disse que concorda com
449 o Luiz Carlos Rocha e que não se sente a vontade, a metodologia era distribuída em números de
450 alunos. Concorde com o Tarcísio que tem de pensar no instituto, temos uma responsabilidade de
451 tentar sair equalizados. Carlos Cezar respondeu ao Luiz Carlos, falou sobre o polo de Andradas,
452 não terão recursos do Câmpus para atender, e que foi uma retribuição ao que o Deputado Geraldo
453 Tadeu fez ao Câmpus Inconfidentes, com sua emenda parlamentar. Os alunos de Andradas não
454 contam para o Câmpus Inconfidentes enquanto matriz. O Presidente propôs o encaminhamento,

455 a saída dos membros do Colégio de Dirigentes, agradecendo sua participação. Falou que a
456 decisão desse Conselho Superior é acatar ou não a metodologia pactuada e aprovada pelo
457 Colégio de Dirigentes. Se aprovada, discussão encerrada; se não, tomarão outro caminho. O
458 Presidente colocou em votação, proposta 1: que seja mantida a metodologia e planilha aprovada
459 pelo Colégio de Dirigentes; proposta 2: altera a metodologia pactuada pelo Colégio de
460 Dirigentes. Foram 13 (treze) votos para a proposta 1 contra 5 (cinco) para a proposta 2. Assim,
461 mantém-se a Metodologia aprovada pelo Colégio de Dirigentes. Declaração dos votos: Tarcísio
462 disse que não concorda com a metodologia, não concorda com o fundamento, o Colégio de
463 Dirigentes não é a única instância que deveria ter decidido isso, acha que os diretores podem
464 buscar nos câmpus um estudo sistemático da situação da distribuição de aulas, mas, sente na
465 obrigação de votar favoravelmente por uma questão prática-representativa em relação a
466 Muzambinho. Luiz Flávio disse que entende que a mudança de metodologia para o Câmpus
467 Inconfidentes, que se preparou e traçou as suas metas para atingir o número X de docentes para
468 equilibrar a sua relação docente-aluno, e uma outra questão, que essa mudança de metodologia
469 resultou em alguns prejuízos ao câmpus. Falou que enxerga um erro matemático nesta questão
470 dos 10 pontos serem divididos por 2. Mesmo confiando no trabalho das pessoas que trabalharam,
471 elas são passivas de falhas. Disse que era o momento para discutir essa questão, confiando no
472 trabalho da equipe, mas infelizmente não ocorreram, então nós pagamos 10 com 5, e para
473 finalizar enxerga uma disparidade entre os câmpus do IFSULDEMINAS, alguns se equilibram,
474 outros se desequilibram, não há uma unidade, existem compartimentos do IFSULDEMINAS.
475 Luiz Carlos Rocha disse que o Câmpus Inconfidentes não está sentindo que está sendo
476 considerado o planejamento que se trabalhou em 2010, 2011, 2012, para que chegássemos até
477 agora, com condições de conseguir e receber. O Câmpus Inconfidentes, na condição de Diretor-
478 Substituto, não se considera ressarcido das dez vagas, porque isso não é verdade, não enxerga
479 esse ressarcimento, estão recebendo cinco vagas. Disse que acredita que precisa realmente ter
480 uma unidade no IFSULDEMINAS, precisamos trabalhar muito para que a gente consiga
481 equalizar. Marco Antonio disse para não acontecer isso novamente, o diretor deveria ter
482 apresentado em tempo hábil. No setor jurídico, se você perdeu o tempo prescricional de uma
483 ação, acabou, o silêncio tácito coloca como de acordo com qualquer sentença. Conste em ata que
484 como Conselho Superior deu autonomia ao Colégio de Dirigentes, o diretor deveria ter passado
485 por ele antes de trazer qualquer dúvida para o Conselho Superior. O próprio dirigente não usou o
486 trâmite legal, deveria ter sido discutido no Colégio de Dirigentes, porque senão vai ficar indo e
487 voltando toda a vez ao Conselho Superior, ele foi omissivo. O Presidente disse que gostaria de
488 reiterar que existe um trabalho político sendo feito, espera que consiga mais essa vitória em
489 Brasília. O Presidente externou sua preocupação, pois temos mais de dez órgãos ativos no
490 IFSULDEMINAS, e que isso não existe na Rede Federal. Quando entrou em vigor a carreira
491 docente, por exemplo, nem metade dos institutos tinham CPPD, conforme apurado em plenária.
492 Falou que decisões como a do Colégio de Dirigentes virem para o Conselho Superior o
493 preocupam muito como reitor, pois coloca-se em risco uma institucionalidade construída a duras
494 penas. Questionou se irão colocar em discussão toda a decisão da ponta, desrespeitando-se essas
495 discussões. Falou que sente autoritário enquanto Conselho, pois após criarem uma
496 institucionalidade estão depondo contra ela, em função disso, não devemos trazer decisões como
497 essa para o Conselho Superior. Todos concordaram. Dando continuidade, item **04. Revisão da**
498 **Normativa dos Técnico-Administrativos.** O Presidente falou do histórico da aprovação da
499 Normativa dos Técnico-administrativos. Disse que foi feita uma rediscussão da Normativa,
500 houve uma reunião no dia 02 de setembro entre o CAPI e a CIS, em que vários aspectos foram
501 levantados sobre a fragilidade da normativa. O Presidente disse que diante disso na última
502 reunião do Conselho fez uma proposta de suspender a aprovação da normativa, enquanto
503 resolução *ad referendum*, para que tivessem mais informações para esta reunião de hoje. Falou
504 que nesse tempo, desde a última reunião do Conselho, aconteceram novos fatores, inclusive um
505 deles foi público, o Walner estava lá na REDITEC. Foi discutido na plenária da REDITEC, com
506 mais de 500 gestores, sobre mudanças de comportamento da gestão pública, que dizem respeito

507 ao processo de flexibilização da jornada de trabalho. Mostrou o site que foi apresentado na
508 REDITEC: www.sinasefern.org.br, com a notícia sobre a flexibilização da jornada de trabalho do
509 técnico-administrativo, de 30 de agosto de 2013. “Nesta semana, os servidores do IFRN foram
510 surpreendidos com a divulgação do Acórdão nº 5847/2013 – TCU – 1ª câmara, que prevê uma
511 multa de 10 mil reais ao reitor e determina a adoção de procedimentos relativos ao registro de
512 ponto dos servidores do IFRN e à jornada de trabalho dos técnico-administrativos. O Acórdão
513 renovou dentre a categoria o debate sobre a flexibilização do trabalho do administrativo, que é
514 instituído pelo Decreto nº 1590/1995 e deve ser entendida como uma conquista dos servidores do
515 IFRN, que inclusive tem balizado a luta em outros institutos federais do país.” Falou do ofício do
516 Aléssio, onde diz que a SETEC também foi autuada pelo TCU, no que diz respeito a saber ou
517 não, o fato de que alguns institutos flexibilizavam jornada de trabalho sem obrigatoriedade de
518 reposição, como diz a Lei 8.112. E no último parágrafo, traz que “o gestor está agora ciente
519 disso”, oficialmente pelo ofício do diretor da Rede, ou seja, cabe ao gestor, se por ventura
520 receber uma auditoria, dos órgãos de controle, não usar o argumento de que não sabia. Disse que
521 são fatos novos que justificam correções. Foi enviado aos conselheiros o documento resultado da
522 rediscussão entre o CAPI e a CIS, mas foi enviado um segundo documento que é de autoria do
523 CAPI e da Reitoria. Deixou claro que se sentiu traído pela CIS, porque desde o começo nós
524 delegamos à CIS por uma atitude democrática, assim como delegamos à CPPD parte do
525 documento de progressão docente, que foi amplamente discutido pela gestão. Falou que se sentiu
526 traído pela CIS porque o documento que seria base para elaboração da nossa normativa usou
527 como referência o documento do IFSP, onde artigos foram suprimidos, e não artigos que
528 prejudicassem o servidor, mas artigos que protegeriam o gestor, num ambiente em que o gestor,
529 por exemplo, do IFRN, foi multado em 10 mil reais. Disse que estava justificando o envio do
530 segundo documento, porque isso é muito grave e muito sério. Por isso o envio do segundo
531 documento porque quem vai pagar a multa é o reitor e não a CIS. Lembrou da preocupação da
532 Andreia, na época, quando foi apresentada a normativa docente, onde ela falava que somos todos
533 corresponsáveis pela decisão. Falou que está compartilhando essa discussão com o Conselho. O
534 Presidente disse que defende a manutenção da flexibilização da jornada dos Técnico-
535 administrativos para fins de capacitação, desde que resguarda a segurança dos gestores. Disse
536 que é importante o servidor se qualificar e é importante para a instituição também. Passou a
537 palavra para o CAPI e a CIS. José Jorge fez um rápido histórico, disse que o MEC é taxativo nas
538 40 horas. Disse que como presidente do CAPI, no intuito de proteger a instituição e a gestão,
539 reuniram-se reitoria e CAPI, e refizeram o documento com base no que foi proposto pela CIS.
540 Apresentou as alterações: o que estava em vermelho, a proposta foi de excluir; o que estava em
541 amarelo a proposta foi de incluir substituindo o vermelho. Disse que não é contra a capacitação,
542 pelo contrário, o servidor tem que capacitar mesmo, mas devemos fazer as coisas com
543 responsabilidade, porque os gestores são penalizados se caso órgãos fiscalizadores não
544 entenderem que aquela concessão ou aquele afastamento é para qualificar o servidor. Falou que
545 refizeram o documento, com embasamento em outros documentos, fizeram a comparação com a
546 normativa do IFSP e perceberam que muitos itens que poderiam ser incluídos foram excluídos
547 porque não interessava à CIS. Disse que junto com os demais elementos do CAPI se sentiram
548 traídos nessa parte, por isso que procedeu-se a confecção desse segundo documento. No texto
549 pode-se verificar que houve algumas alterações para proteger a chefia imediata e que também os
550 setores não fiquem totalmente vazios, se todos solicitarem o afastamento. Disse que deve haver
551 responsabilidade da chefia nas liberações. Passou a palavra para o Wanderley Fajardo,
552 representante do CAPI, que colocou ainda essa questão que o José Jorge falou, além da
553 legalidade, seria também a viabilidade. Disse que esse Colegiado ao qual pertencem (CAPI) é
554 responsável para dar assessoria à Administração, deve estar ligado a essa questão de
555 planejamento e precisamos ver qual é o cenário hoje. Disse que hoje temos um número reduzido
556 de servidores, para projetos de ensino, pesquisa e extensão, muita coisa para comprar, licitar,
557 contratar. Cada contrato com um fiscal, isso demanda número cada vez maior de servidores. Para
558 o afastamento hoje tem de conciliar essa oportunidade de capacitação (concessão) e o

559 funcionamento da instituição. José Jorge falou que infelizmente o técnico não tem substituto,
560 então se ele sai não tem ninguém para colocar no lugar, ao passo que o professor tem, existe essa
561 flexibilidade para o professor e não existe para o técnico, e o gestor fica de mãos amarradas,
562 porque se sai um, com certeza o que ficar vai ter de fazer duas vezes o trabalho, porque nós
563 somos cobrados pelos órgãos fiscalizadores. Passou a palavra para o Fábio que disse estar
564 representando a CIS nesta reunião. José Jorge e Ana Lúcia apresentaram a Revisão da
565 Normativa. Foi proposto que no título deva acrescentar “carga horária semanal de trabalho para
566 autocapacitação”. Após discussão do termo “autocapacitação”, os conselheiros acordaram que
567 ficaria melhor o termo “capacitação”. Ficando assim: **“Normativa de concessão de carga
568 horária semanal de trabalho para capacitação, licenças e afastamentos de Técnico-
569 administrativos em Educação do IFSULDEMINAS para participação em programas de
570 capacitação e qualificação profissional.”** Na normativa onde estiver “autocapacitação” trocar
571 para “capacitação”. No artigo 1º, onde se lê: “Art. 1º Caracteriza-se como afastamento para
572 qualificação profissional a dispensa temporária do servidor em exercício das atividades de seu
573 cargo para participar de diferentes modalidades de aperfeiçoamento e qualificação que possam
574 contribuir para o seu desenvolvimento, para a melhoria da sua eficiência e para a qualidade dos
575 serviços prestados, conforme legislação vigente: Decreto nº. 5.825/2006, Lei nº. 8.112/1990 e
576 Lei nº. 9.527/1997. Leia-se: “Art. 1º A presente normativa regulamenta a participação de
577 servidores técnicos administrativos em diferentes modalidades de aperfeiçoamento e qualificação
578 que possam contribuir para o seu desenvolvimento, para a melhoria da sua eficiência e para a
579 qualidade dos serviços prestados, conforme legislação vigente: Decreto nº. 5.825/2006, Lei nº.
580 8.112/1990 e Lei nº. 9.527/1997 e estabelece critérios para a concessão aos servidores técnicos
581 administrativos de carga horária semanal de trabalho, licenças e afastamentos para realização de
582 capacitação.” No Art. 2º, onde se lê: “Art. 2º Esta normativa estabelece critérios para a concessão
583 de horas, licença e afastamento de servidores técnico-administrativos com o objetivo de
584 capacitação e qualificação profissional.” Leia-se: “Art. 2º Entende-se como capacitação a
585 realização de cursos regulares, presenciais ou na modalidade a distância, que confirmam aos
586 servidores elevação de escolaridade e/ou melhoria no seu desempenho profissional.” No art. 3º,
587 onde se lê: “Art. 3º Ao servidor técnico-administrativo, matriculado em cursos ou disciplinas
588 regulares, presenciais ou na modalidade à distância, da educação básica, técnica e superior
589 (graduação e pós- graduação), independente do tempo de serviço, com jornada de trabalho de 40
590 horas semanais, será concedido até 20% da carga horária semanal, isentas de compensação, para
591 realização de suas atividades acadêmicas dentro ou fora da instituição, mediante apresentação
592 dos documentos previstos no § 5º deste artigo.” Leia-se: “Art. 3º Ao servidor técnico-
593 administrativo, matriculado em cursos ou disciplinas regulares, presenciais ou na modalidade a
594 distância, da educação básica, técnica e superior (graduação e pós- graduação), com jornada de
595 trabalho de 40 horas semanais, não contemplados com a licença para capacitação integral
596 poderão ter até 20% de sua carga horária destinada para capacitação, mediante as condições
597 estabelecidas nesta normativa.” Acrescentar ao Art. 3º os parágrafos § 3º, § 5º e § 6º: § 3º O
598 benefício da concessão de horas não incidirá sobre o período de férias do curso específico,
599 considerando-se o calendário acadêmico apresentado quando da solicitação do benefício. Em
600 casos de alteração do calendário escolar em função de greves ou outras paralizações que devam
601 ser compensadas por lei, haverá a suspensão da concessão até que se estabeleça calendário de
602 reposição, ou regra específica de funcionamento do curso. § 5º A concessão de carga horária para
603 capacitação em cursos do mesmo nível de escolaridade do servidor será concedida somente em
604 situações de interesse manifesto da Instituição. § 6º Sob nenhuma hipótese esta concessão
605 poderá ser utilizada para transformar a carga horária do servidor em 6 horas ininterruptas.” No
606 parágrafo § 7º acrescentar: “com a devida aprovação da chefia imediata, diretor geral do câmpus,
607 pró-reitor ou chefe de gabinete da reitoria, a saber:” Ficando assim: § 7º Os interessados devem
608 apresentar os documentos abaixo, correta e totalmente preenchidos, no câmpus, à Coordenadoria
609 Geral de Recursos Humanos (CGRH), ou na reitoria, à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP),
610 para solicitação, com a devida aprovação da chefia imediata, diretor geral do câmpus, pró-reitor

611 ou chefe de gabinete da reitoria, a saber:” No Art. 4º acrescentar como inciso II: “II – análise e
612 aprovação da chefia imediata do servidor, direção geral do câmpus, pró-reitor ou chefe de
613 gabinete da reitoria, considerando a viabilidade da concessão, mediante a análise do impacto da
614 concessão no funcionamento dos setores e do interesse da instituição pela formação cursada.”
615 Ficando assim: “Art. 4º São condições para aprovação da solicitação dos servidores: I – Ser
616 servidor efetivo do quadro do IFSULDEMINAS; II – análise e aprovação da chefia imediata do
617 servidor, direção geral do câmpus, pró-reitor ou chefe de gabinete da reitoria, considerando a
618 viabilidade da concessão, mediante a análise do impacto da concessão no funcionamento dos
619 setores e do interesse da instituição pela formação cursada.” Fábio justificou que a normativa não
620 partiu da normativa do IFSP, partiu na normativa de afastamento da PROEX do
621 IFSULDEMINAS, repassada pelo Mauro. Disse que tinha o modelo de IFSP, com a preocupação
622 para não estringir. Falou que não pegou como base a normativa do IFSP e sim como ideia.
623 Continuando, José Jorge apresentou: Retirar o texto: “Neste caso, caberá à chefia imediata emitir
624 parecer a respeito, motivado e justificado, encaminhado à Direção Geral/Reitor para deliberação,
625 com posterior ciência da CIS”. Acrescentar: “com essa situação demonstrada por meio de
626 memorando da chefia imediata com anuência do diretor geral do câmpus, pró-reitor ou Chefia de
627 Gabinete da Reitoria. Após discussões viram a necessidade de acrescentar a “CIS” no inciso IV.
628 Ficando assim: “IV – não possuir formação equivalente ou superior àquela pleiteada, exceto se o
629 curso for de estrito interesse do IFSULDEMINAS, com essa situação demonstrada por meio de
630 memorando da chefia imediata e da CIS com anuência do diretor geral do câmpus, pró-reitor ou
631 Chefia de Gabinete da Reitoria.” Acrescentar o Art. 5º com seus incisos: “Art. 5º Caso não seja
632 possível a aprovação de todos os pedidos de um mesmo setor, câmpus ou gabinete da reitoria,
633 deverão ser utilizados como critérios de desempate, respectivamente: I – melhor relação entre o
634 curso proposto e as atividades do servidor; II – maior tempo de serviço prestado ao
635 IFSULDEMINAS; III – maior tempo de serviço no setor, câmpus, pró-reitoria ou gabinete da
636 reitoria; IV – maior idade.” No Art. 8º e no seu parágrafo único incluir CGRH. Ficando assim:
637 “Art. 8º Após a emissão do parecer, a CIS deverá encaminhar o processo a CGRH/ DGP na
638 Reitoria para efetivação e publicação da concessão. Parágrafo único. Antes que ocorra a
639 concessão efetiva, com a publicação pela CGRH/DGP na reitoria, o servidor não poderá usufruir
640 das horas solicitadas.” No Art. 10. Retirar “mínimo de 70% das disciplinas cursadas”. Onde se
641 lê: “Art. 10. Em todos os casos o servidor deverá apresentar, semestralmente, uma declaração de
642 aproveitamento exigido pelo curso mínimo de 70% das disciplinas cursadas, fornecida pela
643 Instituição de Ensino, bem como a frequência às aulas, quando se tratar de cursos presenciais, a
644 não apresentação implicará na vedação da continuidade da concessão.” Leia-se: “Art. 10. Em
645 todos os casos o servidor deverá apresentar, semestralmente, uma declaração de aproveitamento
646 mínimo exigido pelo curso, fornecida pela Instituição de Ensino, bem como a frequência às
647 aulas, quando se tratar de cursos presenciais, a não apresentação implicará na vedação da
648 continuidade da concessão.” Acrescentar no Art. 11.: “Art. 11 Em todos os casos, o servidor
649 deverá apresentar, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, o relatório das atividades
650 executadas no período, a não apresentação implicará na suspensão da concessão. §1º O relatório
651 das atividades deverá ser aprovado pela chefia imediata, que enviará ao DGP/CGRH e será
652 documento complementar obrigatório para comprovação da carga horária de trabalho, e deverá
653 ser juntado ao registro de ponto do servidor. §2º a apresentação do relatório reestabelece a
654 concessão, não sendo permitida ao servidor a utilização das horas suspensas.” No parágrafo 3º,
655 acrescentar: “sem prejuízo de outras implicações de ordem legal, administrativa ou disciplinar”,
656 ficando: “§ 3º Não havendo o aproveitamento exigido pelo curso no semestre, o servidor perderá
657 o direito a concessão e deverá compensar os horários, ou efetuar a devolução financeira ao erário
658 referente às horas concedidas, sem prejuízo de outras implicações de ordem legal, administrativa
659 ou disciplinar.” No Art. 13. Leia-se: § 1º São consideradas ações de capacitação os cursos de
660 qualificação e de formação nas modalidades presenciais e semipresenciais, os treinamentos em
661 serviço, estágios, cursos de aperfeiçoamento e cursos ofertados em intercâmbio, com carga
662 horária mínima de 60 horas para a licença de 1 mês, 120 horas para a de 2 meses e 180 horas

663 para a de 3 meses.” No Art. 14. Retirar: “I – a participação na capacitação solicitada deverá ser
664 de interesse institucional, endossada pelo parecer do Chefe Imediato; II – a capacitação deve,
665 preferencialmente, estar no Plano Anual de Capacitação dos Servidores Técnico-
666 administrativos.” Leia-se: “Art. 14. A concessão de licença para capacitação na modalidade de
667 cursos de curta e média duração obedecerá a análise e aprovação da chefia imediata do servidor,
668 direção geral do câmpus, pró-reitor ou chefe de gabinete da reitoria, considerando a viabilidade
669 da concessão, mediante a análise do impacto da concessão no funcionamento dos setores e do
670 interesse da instituição pela formação cursada.” No Art. 17. Cleonice solicitou que deveria
671 explicitar o que seria setor porque o organograma dos *câmpus* são diferentes. Ficou acordado em
672 trocar “setor” por “chefia imediata”, ficando: “Art. 17. Para os servidores técnico-
673 administrativos o percentual de vagas disponibilizadas para afastamento terá limite máximo de
674 10% do quantitativo por câmpus/reitoria, limitado a 10% por chefia imediata. § 1º Nas chefias
675 imediatas em que o número de servidores seja inferior a 10, 1 servidor fará jus à concessão,
676 conforme critérios desta normativa.” Retirar o § 2º: “§ 2º Não será motivo de impedimento para
677 afastamento do servidor o fato de ser o único a compor o setor.” Acrescentar o Anexo IX
678 Declaração da Chefia Imediata. “Eu, ____, responsável pelo setor ____, estou ciente que o
679 servidor ____ ocupante do cargo ____, requereu a concessão de horas para dedicar-se a
680 atividades acadêmicas, e DECLARO que caso estas horas sejam concedidas não acarretará
681 prejuízo para as atividades do setor, mantendo a qualidade e o bom andamento do trabalho, bem
682 como o atendimento dos planos de metas da Instituição.” O Presidente agradeceu ao CAPI e à
683 CIS. Considera aprovada a revisão da Normativa de concessão de carga horária semanal de
684 trabalho para capacitação, licenças e afastamentos de Técnico-administrativos em Educação do
685 IFSULDEMINAS para participação em programas de capacitação e qualificação profissional.
686 Seguindo a Pauta, item: **05. Normas Acadêmicas dos Cursos Técnicos: integrado e**
687 **subsequente.** Marcelo Rosa disse que no primeiro semestre de 2013, foram reunidos os
688 coordenadores de todos os cursos técnicos do IFSULDEMINAS. Um das pautas dessa reunião
689 era a identificação de dois representantes de coordenadores desses cursos com o objetivo de
690 elaborar as minutas das normas acadêmicas dos cursos técnicos integrados e dos cursos técnicos
691 subsequentes. Essas normas contribuirão para a melhor integração dos câmpus do
692 IFSULDEMINAS e para melhores esclarecimentos dos deveres e direitos da comunidade
693 escolar. Várias reuniões ocorreram com a presença de coordenadores, de alguns pedagogos e de
694 coordenadores de Ensino até a finalização dos documentos. Em agosto, a Câmara de Ensino os
695 apreciou, fazendo suas sugestões e liberando-os para ser apreciado pelo CEPE. No dia 09 de
696 setembro, o CEPE se reuniu e os avaliou, fazendo suas considerações. Assim, encaminhou as
697 Normas Acadêmicas ao Conselho Superior para serem apreciadas. Marcelo Rosa iniciou a
698 apresentação pelas Normas Acadêmicas dos Cursos Integrados, apresentou artigo por artigo da
699 norma. No Art. 5º, Tarcísio disse que ele é especialmente importante para Muzambinho.
700 Realizando a mudança da estrutura curricular. Alterar a matriz curricular agora que era antiga,
701 ultrapassada, inchada. No inciso II “II - Caso seja avaliada a necessidade de alteração curricular
702 nas turmas vigentes, esta poderá ser feita desde que aprovadas pelo colegiado de curso,
703 aprovação de 50% mais 1, e por unanimidade em assembleia geral de discentes ou de seus
704 representantes legais e pareceres positivos dos órgãos colegiados (CADEM, CAMEN e CEPE).”
705 Disse que não tem como ser por unanimidade. Propôs que esse inciso seja modificado deixando
706 até colegiado de curso, argumentando que essa reforma é importantíssima para Muzambinho.
707 Para ficar assim: “II - Caso seja avaliada a necessidade de alteração curricular nas turmas
708 vigentes, esta poderá ser feita desde que aprovadas pelo colegiado de curso.” Cleonice disse que
709 os alunos do técnico-integrados são menores de idade, até que ponto eles podem definir.
710 Sindynara propôs a redação: “II - Caso seja avaliada a necessidade de alteração curricular nas
711 turmas vigentes, esta poderá ser feita desde que aprovadas pelo colegiado de curso, aprovação de
712 50% mais 1, e por unanimidade em assembleia geral de discentes convocados para este fim ou de
713 seus representantes legais se menor de 18 anos e pareceres positivos dos órgãos colegiados
714 (CADEM, CAMEN e CEPE).” Houveram várias manifestações, Marcelo Rosa justificou se

715 todos estiverem presentes haverá um respaldo institucional. José Pereira falou do impasse
716 jurídico, o que existe hoje, existem critérios. As alterações são necessárias e bem vindas. É
717 interessante a mudança precisa ter segurança legal. Tarcísio falou para manter até colegiado de
718 curso. O Presidente apresentou as propostas e colocou em votação: Proposta 1: mantém como
719 está e Proposta 2: Suprime “e por unanimidade em assembleia geral de discentes ou de seus
720 representantes legais”. A Proposta 1 teve 2 (dois) votos, enquanto a Proposta 2 teve 13 (treze)
721 votos, tiveram 3 (três) abstenções. Ficou aprovado: “II - Caso seja avaliada a necessidade de
722 alteração curricular nas turmas vigentes, esta poderá ser feita desde que aprovadas pelo
723 colegiado de curso, aprovação de 50% mais 1 e pareceres positivos dos órgãos colegiados
724 (CADEM, CAMEN e CEPE).” No Art. 6º Sindynara propôs colocar “sendo sugerido aos
725 docentes”. Marcelo Rosa justificou que quando coloca como obrigatoriedade a instituição tem
726 de comprar. Se colocar como sugestão, onde está escrito que tem de comprar? Obrigatoriedade
727 para a biblioteca ser um local de aprendizagem. O Presidente apresentou as propostas e colocou
728 em votação: Proposta 1: manter como está e Proposta 2: sugestão aos docentes. A Proposta 1 teve
729 14 (quatorze) votos e a Proposta 2 teve 3 (três), com 1 (uma) abstenção. Ficou aprovado: “Art. 6º
730 ... § 2º A organização curricular deve explicitar: I - componentes curriculares de cada etapa, com
731 a indicação da respectiva bibliografia básica (3 títulos) e complementar (5 títulos);” No Art. 15.
732 Onde se Lê: “Art. 15. Havendo falta coletiva de discentes em atividades de ensino, será
733 considerada a falta e o conteúdo não será registrado.” Leia-se: “Art. 15. Havendo falta coletiva
734 de discentes em atividades de ensino, será considerada a falta para quantificação da frequência e
735 o conteúdo não será registrado.” No Art. 17 trocar “prova” por “nota”. Onde se lê: “III – Após a
736 publicação das notas, os discentes terão direito a revisão de prova, devendo num prazo máximo
737 de 2 (dois) dias uteis, formalizar o pedido através de formulário disponível no setor definido pelo
738 câmpus.” Leia-se: “III – Após a publicação das notas, os discentes terão direito a revisão de nota,
739 devendo num prazo máximo de 2 (dois) dias uteis, formalizar o pedido através de formulário
740 disponível no setor definido pelo câmpus.” No Art. 20 “Art. 20... IV – As avaliações bimestrais
741 terão caráter qualitativo e quantitativo e deverão ser discriminadas no projeto pedagógico do
742 curso.” Marcelo Rosa explicou que trabalhar a qualidade em relação a pontuação passou a ser
743 um quantitativo. Cleonice questionou se não seria plano de ensino ao invés de ser projeto
744 pedagógico. Marcelo Rosa disse que é projeto pedagógico mesmo, José Pereira confirmou. No
745 Art. 26. “Art. 26. O conselho de classe anual ficará responsável pela avaliação da promoção do
746 discente que não obtiver aprovação em até 2 (duas) disciplinas/eixos temáticos ou equivalente de
747 acordo com o Projeto Pedagógico de Curso.” Luiz Flávio perguntou se é pela maioria do
748 conselho de classe. Marcelo Rosa explicou que haverá o conselho de classe deliberativo. Luiz
749 Flávio disse que teoricamente concorda com o que o Marcelo Rosa explicou, mas na prática não
750 é assim. O perfil docente do curso integrado em alguns momentos, alguns colegas que sentem-se
751 acuados e isso o preocupa. Sindynara disse que essa integração é uma utopia. Não pode tirar a
752 autonomia do professor que está com o aluno durante o ano todo. Chegar no conselho de classe o
753 professor que trabalhou com o aluno o ano todo, não poder avaliar esse aluno é um tiro no pé.
754 Sindynara disse que no seu ponto de vista o conselho de classe anual tem de ser consultivo e não
755 deliberativo. Quem decide é o professor daquela disciplina. O Presidente ainda que concordasse
756 com os argumentos fica triste quando ela disse que é utópico. É lógico que é difícil, mas ainda
757 acredita na manutenção de como está na normativa. Débora disse que no geral da avaliação
758 analisa o aluno cada um é de uma forma, o desenvolvimento é diferente, para não ficar só
759 integrado de papel, na sua a opinião é que tenha de ser passado ao conselho de classe sim. Marco
760 Antonio disse que não entende o que a Sindynara colocou como utopia. Prova nunca avaliou o
761 aluno. Sindynara disse que faz tempo que prova não avalia o aluno. O ponto de vista que seja
762 consultivo é mais coerente. Leonardo disse que o conselho de classe tem de ser deliberativo sim.
763 Marcelo Rosa disse que é uma questão que choca num primeiro momento, não concorda que seja
764 utopia, utopia é o que está acontecendo agora, grande parte dos nossos docentes não tem
765 formação pedagógica, e essa formação faz muita falta no entendimento de avaliar o aluno para o
766 mundo, para o mercado de trabalho, reconhecendo que a disciplina é importante, por isso insiste

767 em manter o texto. Tarcísio fez a proposta de inserir nesse item uma pequena explicação: nesse
768 caso, aprovado pelo conselho. Sindynara disse que acredita sim em ensino integrado, não é
769 porque falou utopia que não acredita. O Presidente apresentou as propostas e colocou em
770 votação: Proposta 1: manter como está, deliberativo e Proposta 2: alterar para consultivo. A
771 Proposta 1 teve 15 (quinze) votos, a Proposta 2 teve 2 (dois) votos e 1 (uma) abstenção. Mantida
772 a redação como está, o conselho de classe é deliberativo. Considerar a abstenção do Luiz Carlos
773 Rocha de não tirar a autonomia do conselho de classe, nem tirar a autonomia do docente. No Art.
774 27. Ficou acordado pelos conselheiros de que se deva considerar a média aritmética das notas da
775 revisão. Ficando assim: “Art. 27. A revisão de nota deverá ser efetivada por um outro docente da
776 área indicado pelo coordenador do curso. A nota final do discente, neste caso, será calculada pela
777 média aritmética de ambas notas.” No Art. 29. “...Parágrafo único. Somente os docentes terão
778 direito ao voto para a promoção do discente. Em caso de empate, o coordenador geral de ensino
779 terá o voto de Minerva.” O Presidente apresentou as propostas e colocou em votação. Proposta
780 1: Coordenador geral do curso com voto de minerva e Proposta 2: Coordenador do curso com
781 voto de minerva. A Proposta 1 teve 6 (seis) votos, a Proposta 2: teve 12 (doze) votos e não houve
782 abstenções. Aprovado o texto: “... Parágrafo único. Somente os docentes terão direito ao voto
783 para a promoção do discente. Em caso de empate, o coordenador do curso terá o voto de
784 Minerva.” Luiz Flávio solicitou acrescentar no Art. 46. “considerando o paragrafo único do Art.
785 48”. Ficando: “Art. 46. O IFSULDEMINAS, a partir da publicação deste regimento, passará a
786 adotar as normas acadêmicas constantes neste documento, considerando o Parágrafo único do
787 Art. 48.” Consideram-se aprovada, com as alterações, as Normas Acadêmicas dos Cursos
788 Técnicos Integrados. O Presidente disse que com relação ao Art. 15, no que diz respeito ao abono
789 de faltas, sugeriu que seja uma demanda para a equipe de TI, criarem um artifício para esse
790 abono no sistema. O Presidente justificou que por não haver tempo hábil para discussões, as
791 Normas Acadêmicas dos Cursos Técnicos Subsequentes ficará para ser analisado na próxima
792 reunião do Conselho Superior. Prosseguindo, item **07. Expedientes (Presidente e Secretária)**. O
793 Presidente disse que não teve como trazer para essa reunião a Discussão do PDI, porque a
794 comissão que está estudando o PDI está estruturando a proposta e solicitou um pouco mais de
795 tempo para trazê-la melhor reformulada. O Presidente falou que foi enviado o ofício para Ana
796 Lúcia Amorim de Brito, Secretária da SEGEP – MPOG em Brasília/ DF com a manifestação do
797 Conselho, por solicitação da Sindynara. “Prezada Senhora, vimos manifestar nossa preocupação
798 quanto à morosidade na emissão de Nota Técnica que orientará nossos Departamentos de Gestão
799 de Pessoas no pagamento de retroativos referentes ao Decreto 7806/12 (que regulamenta os
800 critérios e procedimentos para a progressão dos servidores da carreira do Magistério do Ensino
801 Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008). Trata-
802 se, também, de uma preocupação de nosso Conselho Superior, que deliberou por esta
803 reivindicação em nossa última reunião plenária.” Disse que este ofício foi encaminhado no dia
804 16 de setembro. O Presidente disse que foi criada a comissão de concurso, conforme solicitado
805 pelo Conselho. Marcelo Rosa disse que encaminhou aos Diretores-gerais dos câmpus a
806 solicitação de encaminharem as indicações dos representantes para compor a Comissão de
807 Concurso. O Presidente apresentou a Proposta de alteração do organograma do Câmpus
808 Inconfidentes: - Alterar o código de função: Coordenação de Ensino a Distância e PROEJA,
809 Código FG-2, Sigla: CEADP; para: Coordenação de Ensino a Distância e PROEJA, Código FG-
810 4, Sigla: CEADP. Setor de Agroindústria, Código FG-4, Sigla: SAGROIND; para: Setor de
811 Agroindústria, Código FG-2, Sigla: SAGROIND. - Alterar a nomenclatura da função:
812 Coordenação de Ensino a Distância e PROEJA, Código FG-4, Sigla: CEADP; para:
813 Coordenação de PROEJA, sem código de função, Sigla: CPROEJA, ligada ao Departamento de
814 Desenvolvimento Educacional. - Criar a Coordenação de Ensino a Distância, Código FG-4,
815 Sigla: CEAD, ligada ao Departamento de Desenvolvimento Educacional. O Presidente colocou
816 em votação, sendo aprovada por todos. O Presidente disse que houve um pequeno esquecimento
817 quando da discussão Normativa dos Técnico-administrativos, no que diz respeito a como ficam
818 os processos já concedidos. A proposta do CAPI é que todos os processos já concedidos sejam

819 revistos um por um e adequados à Normativa aprovada nesta reunião. Todos concordaram e o
820 seguinte texto que irá no corpo da resolução: “As concessões efetivadas até esta data deverão ser
821 adequadas às alterações ocorridas na normativa aprovada por esta resolução.” O Presidente disse
822 que foi lembrado pelo DGP, uma falha na Normativa de Progressão Docente, no Art. 8º que trata
823 da avaliação do desempenho dos docentes em exercício exclusivo de cargos/função, proposta
824 aprovada é que os Diretores Gerais e Reitor seriam avaliados, não pela chefia imediata, mas seria
825 pela norma da CPA, só que no texto está como todos os docentes que trabalham exclusivamente
826 com gestão. Aqueles docentes que trabalham com gestão mas não são Diretores-gerais ou Reitor,
827 não há a necessidade de que seja pela CPA, mas sim pela chefia imediata. Propôs fazer uma
828 pequena alteração no texto, continua o texto original acrescentado “III – Avaliação da Chefia
829 Imediata, com valor máximo de 40 pontos (ANEXO II). Parágrafo único: No caso do Reitor e
830 dos Diretores-Gerais, ao invés da Avaliação da Chefia Imediata, valerá a nota obtida na dimensão
831 de gestão administrativa da última avaliação institucional realizada pela CPA – Comissão Própria
832 de Avaliação, proporcional a 40 pontos.” Todos aprovaram. Marcelo Rosa falou que a Câmara de
833 Ensino - CAMEN pediu para apresentar um pedido ao Conselho Superior em relação aos novos
834 câmpus. Disse que no ano passado, o Conselho Superior liberou para que constasse no processo
835 seletivo o Curso Técnico Integrado em Informática, que abrisse a oportunidade de inscrição, mas
836 que esse curso estaria sujeito a aprovação do Conselho Superior, para adiantar o processo
837 seletivo. Falou que para o próximo ano está com o mesmo problema, devido a datas, tem um
838 curso proposto no Câmpus Passos: Especialização Técnica em Urgência e Emergência; têm dois
839 cursos propostos pelo Câmpus Pouso Alegre: Engenharia Civil e Engenharia Química; e têm dois
840 cursos propostos pelo Câmpus Poços de Caldas: Técnico Integrado em Eletrotécnica e Tecnólogo
841 em Gestão Ambiental. Falou que esses cursos estão sendo analisados pela Câmara de Ensino, já
842 foram feitas várias reuniões e não estão conseguindo vencer os prazos, porque são muitos cursos
843 que estão sendo aprovados. Disse que dentro da Resolução 57, coloca que é o Conselho Superior
844 que aprova esses cursos. Das grandes discussões da Resolução 57 é a preocupação com relação
845 aos docentes, se o câmpus tem ou não tem aquele docente para compor esses cursos. Disse que
846 no caso dos câmpus novos, todos eles têm esses docentes garantidos. Falou que todos os projetos
847 já estão sendo analisados pela CAMEN, só não está dando o tempo de vencer essas análises. A
848 CAMEN solicitou se o Conselho Superior permitiria, da mesma forma do ano passado, incluir
849 esses cursos no processo seletivo, mas com destaque na divulgação, que esse curso dependerá da
850 aprovação do Conselho Superior. Os cursos seriam apreciados em novembro pelo Conselho
851 Superior, e seriam implantados em 2014, só que nesse momento a inscrição para o processo
852 seletivo já teria terminado. Uma vez sendo trabalhado e aprovado o Instituto deveria abrir um
853 novo processo seletivo (segundo processo seletivo), onde envolveria muito custo e divulgação
854 novamente, seria dentro desse propósito e não estar atropelando a Resolução 57. Disse que a
855 questão é que a CAMEN e o CEPE não estão dando conta de vencer a demanda. O presidente
856 falou que sente na obrigação de defender essa proposta, pois os diretores novos não possuem,
857 ainda, assento no Conselho. Disse que gostaria de deixar o Conselho tranquilo que foi
858 encaminhado no final de 2011 um estudo, de planejamento dos três câmpus novos, no que diz
859 respeito a infraestrutura, porque eles sabem qual é o horizonte deles (60 docentes, 45 técnico-
860 administrativos) e os câmpus pré-expansão passaram a saber a partir de hoje, com o
861 encerramento da discussão dos horizontes de vagas Os câmpus novos fizeram um planejamento
862 até 2022, inclusive não abrindo mais de três eixos tecnológicos. Eles estão muito longe da
863 relação 1 para 20, esse risco não existe. O Presidente solicitou um voto de confiança mais uma
864 vez. Tarcísio disse que se desrespeitou a resolução 57, está negado, façam tudo no prazo que
865 devem fazer, não se pode abrir precedente. Luiz Flávio disse que quando o Conselho votou
866 contra a solicitação de Inconfidentes, por não ter feito os procedimentos em tempo hábil, então
867 também não podemos aprovar. O Presidente justificou que por isso que ele fez um adendo, que o
868 horizonte dos câmpus novos é de sessenta docentes e isso não muda (conhecido desde 2010), é
869 diferente porque o horizonte de Machado, Inconfidentes e Muzambinho foi conhecido hoje.
870 Tarcísio falou que assim abriria-se precedente. O Presidente disse que defende a proposta de dar

871 esse voto de confiança, uma vez que não há como descumprir a Resolução 57 porque o horizonte
872 deles já é conhecido desde 2010, mas está em discussão. O Presidente explicou que o problema
873 do vestibular é que descumpra uma determinação da COPESE que inclusive pesa para a Reitoria,
874 sendo responsabilizado pelo atraso, isso prejudica a procura pelos cursos, esse é o problema.
875 Disse que é como o Marcelo Rosa falou, aprovar ou não em novembro, questionou, e aí então
876 começar a trabalhar um processo seletivo para fevereiro, assim compromete o processo de busca
877 do aluno. Luiz Carlos Rocha disse que não concorda em aprovar e que pode-se fazer diferente,
878 propôs fazer uma força tarefa, uma reunião extraordinária do Conselho Superior para que se
879 aprove isso em tempo hábil, para que não tenha que fragilizar numa votação. Disse que não
880 gostaria de dar um voto de confiança desse, pois em 2010, o Câmpus Inconfidentes recebeu um e
881 até hoje é cobrado e se for pra dar voto de confiança é para dar mesmo e não ficar cobrando
882 depois. Propôs se o Conselho não poderia se reunir no começo de outubro para discussão. Luiz
883 Flávio disse que é mais prudente a proposta do Luiz Carlos Rocha. Houve consenso que seja
884 marcada uma reunião extraordinária do Conselho Superior, o mais rápido possível, respeitando-
885 se os prazos e procedimentos da Copese. O Presidente propôs que a Reitoria defina os locais das
886 próximas reuniões, parando um pouco o rodízio. Todos concordaram. O Presidente apresentou o
887 último item, falou que é uma discussão regimental, o Processo Administrativo por solicitação do
888 Câmpus Machado, para a Reitoria, professora Larisse Silva de Souza. Disse que esse processo
889 foi concluído. O processo foi entregue ao procurador pela comissão processante com o parecer
890 de demissão da professora, a procuradoria referendou a decisão e entregou ao reitor que acatou e
891 foi publicada na semana passada. Explicou que como é de direito, a servidora entrou com recurso
892 na sexta-feira (13/09/2103), solicitando, a princípio, apresentar a defesa nesta reunião. Disse que
893 após consulta ao procurador verificou que não havia essa obrigatoriedade de analisar o recurso
894 nesta reunião. Disse que a nossa obrigatoriedade é dar uma resposta em trinta dias e que também
895 a ideia é respeitar o rito que o Conselho Superior criou, que é definir uma comissão. Essa
896 comissão se debruça sobre o processo como um todo e a comissão inclusive pode ouvir o
897 procurador, o advogado ou a própria comissão processante, se for o caso, e traria até 13 (treze)
898 de outubro o relatório. Na reunião teriam 15 (quinze) minutos para defesa (docente ou
899 advogado), o relator apresenta o relatório e o Conselho apresenta a sua decisão. O Presidente
900 disse que a ideia é hoje escolher a comissão e a partir daí marcar a próxima reunião. Os
901 conselheiros indicaram os Conselheiros: Débora Jucely de Carvalho, Neusa Maria Arruda e
902 Sindynara Ferreira, para comporem a Comissão de Análise de Recurso referente ao Processo
903 Administrativo Disciplinar nº. 23345.000172/2013-19, devendo apresentar parecer conclusivo
904 em 20 dias, a partir da disponibilização do processo. O Presidente falou do papel da comissão
905 que é averiguar se todos os trâmites foram seguidos e foram adequados. Disse que o procurador
906 manifestou que gostaria de ter uma conversa inicial com a comissão para antes mesmo da leitura
907 do processo a comissão entenda qual é o seu papel. Foi agendada a reunião com o procurador,
908 Dr. Dauri, na quinta-feira (19/09), às nove horas e trinta minutos, na Reitoria. Finalizada a pauta e
909 não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu novamente a todos pela presença e
910 declarou encerrada a reunião às dezenove horas e cinco minutos. Eu, _____
911 Rosana Aparecida Rennó Moreira Aleixo, Secretária “ad hoc” deste Conselho, lavrei a presente
912 Ata, que após apreciação será assinada por todos os presentes. Muzambinho, dezessete de
913 setembro de dois mil e treze.

Sérgio Pedini	Presidente do Conselho Superior	_____
Luiz Flávio Reis Fernandes	Representante dos Docentes	_____
José Pereira da Silva Junior	Representante dos Docentes	_____
Tarcísio de Souza Gaspar	Representante dos Docentes	_____
Washington Bruno Silva Pereira	Representante dos Discentes	_____
Oswaldo Lahmann Santos	Representante dos Discentes	_____

Dreice Montanheiro Costa	Representante dos Discentes	_____
Maria Inês Oliveira da Silva	Rep. dos Técnicos Administrativos	_____
Débora Jucely de Carvalho	Rep. dos Técnicos Administrativos	_____
Cleonice Maria da Silva	Rep. dos Técnicos Administrativos	_____
Marco Antônio Ferreira	Representante dos Egressos	_____
Tales Machado Lacerda	Representante dos Egressos	_____
Sindynara Ferreira	Representante dos Egressos	_____
Patrícia Dutra Mendonça Costa	Rep. das Entidades dos Trabalhadores	_____
Neusa Maria Arruda	Rep. das Entidades Patronais	_____
Pedro Paulo de Oliveira Fagundes	Rep. do Setor Público ou Estatais	_____
Luiz Carlos Dias da Rocha	Rep. dos Diretores Gerais dos Câmpus	_____
Luiz Carlos Machado Rodrigues	Rep. dos Diretores Gerais dos Câmpus	_____
Walner José Mendes	Rep. dos Diretores Gerais dos Câmpus	_____